

Estudo Técnico Preliminar 130/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 21000.055616/2024-73

2. Documentos de Formalização das Demandas

- DFD nº 99/2024: Aquisição Assentos; Tapetes; Mastro e Bandeira;
- DFD nº 101/2023: Aparelhos Eletroeletrônicos;
- DFD nº 314/2024: Aquisição de bens acessórios;

3. Descrição da necessidade

3.1 Este procedimento objetiva o registro de preços para eventual aquisição, conforme o descrito do art. 3 do Decreto nº 11.462 /2023 § 2º, por pregão eletrônico, tendo em vista os itens a serem adquiridos figurarem como bens comuns para a Administração, tendo por uso global da unidade, a fim de atendimento das necessidades de renovação e substituição de bens considerados inadequados à execução dos seus propósitos fundamentais, tendo por objetivo a otimização e modernização da infraestrutura, possibilitando aos seus servidores e colaboradores conforto, segurança, ergonomia e consequente desempenho eficiente na realização de suas funções.

3.1.1 Declara-se a não divulgação da Intenção de Registro de preços - IRP, haja vista que o MAPA será o único contratante, consoante §2 do art. 9 do Decreto nº 11.462/2023, além da urgência da contratação.

3.2 Insta pontuar a continuação do expressivo aumento da demanda por tais itens desde a reestruturação da organização básica do Poder Executivo Federal (MPV nº 1.154/2023. Transformada posteriormente na Lei 14.600, de 19/07/2023) e o estabelecimento das estruturas regimentais dos Ministérios da Agricultura e Pecuária - MAPA (Decreto nº 11.332/2023), Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA (Decreto nº 11.338/2023, revogado pelo Decreto nº 11.396/2023) e Pesca e Aquicultura - MPA (Decreto nº 11.352/2023), em razão tanto do compartilhamento das atividades de administração patrimonial, logística e contratos, quanto pela necessidade de adaptação dos espaços físicos ocupados pelas áreas dos referidos Ministérios, as quais estão à cargo deste MAPA, enquanto Ministério provedor do arranjo colaborativo estabelecido através da Portaria MGI nº 43 /2023.

3.2.2 A adoção do Sistema de Registo de Preços para a presente demanda, visando o atendimento dos demais órgãos, conforme registrado no item 3.2, acima, está em consonância com o disposto no inciso III do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que rege sobre o tema.

3.3 A aquisição dos itens aqui analisados foram previstos no Plano Anual de Contratações em execução alinhados com o Planejamento Estratégico do Órgão.

3.4 Em vista disso, realizou-se levantamento das necessidades junto à este Ministério, considerando o histórico de contratações de anos anteriores, assim como o interesse da gestão atual em realizar a renovação de bens de maneira global, para usufruto e melhoria das condições de trabalhos de servidores, colaboradores terceirizados e público externo.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado - CPAT/CGLI	

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 Geral:

Fornecer os itens conforme especificações, quantidade e prazos estipulados no Termo de Referência e seus anexos.

GRUPO 1 - ASSENTOS E AFINS		
Item Nº	Especificação	Qtd
1	CADEIRA MINISTRO E SECRETÁRIOS (COURO NATURAL)	60
2	CADEIRA SUBSECRETÁRIO, COORDENADORES-GERAIS DIRETORES (TELA TIPO "A")	800
3	CADEIRA OPERACIONAL (TELADA TIPO "B")	2000
4	CADEIRA OBESO (TECIDO)	20
5	CADEIRA FIXA EPILHÁVEL	200
6	POLTRONA DECORATIVA	50
7	POLTRONA MODELO BARCELONA	50
8	SOFÁ 1 LUGAR	80
9	SOFÁ 2 LUGARES	60
10	SOFÁ 3 LUGARES	50
11	DESCANSO DE PÉ	350

GRUPO 2 - ELETRODOMÉSTICOS		
Item Nº	Especificação	Qtd
12	MICRO-ONDAS 35 L BRANCO COR BRANCA	100
13	GELADEIRA	50
14	FRIGOBAR	80
15	UMIDIFICADOR DE AR	50
16	BEBEDEOURO TIPO COLUNA	80

GRUPO 3 - BALCÃO E AFINS		
Item Nº	Especificação	Qtd
17	BALCÃO RECEPÇÃO MODULAR	16
18	CABIDEIRO FIXO	80
19	MESA DE CENTRO	40

GRUPO 4 - TAPETES		
Item Nº	Especificação	Qtd
20	TAPETE 250 X 350 cm	50
21	TAPETE 180 X 200cm	50

GRUPO V (MASTRO E BANDEIRA)		
Item Nº	Especificação	Qtd
22	MASTRO PARA BANDEIRA COM BASE	36
23	BANDEIRA NACIONAL DO BRASIL	50

5.2 Para a(s) Empresas Fornecedoras:

5.2.1 Capacidade Técnica comprovada para fornecimento, instalação, quando necessário, e garantia dos itens;

5.2.2 Certificação de Prática de Sustentabilidade¹.

5.2.3 Empresa deverá demonstrar a sua ilibada reputação frente aos órgãos de controle da Administração Pública.

5.3 Especificações técnicas de cada item a ser adquirido constam em documento anexado - Anexo - I Especificações Técnicas (SEI 39359417):

5.3.1. Garantia mínima do produto encontra-se destacada em documento em anexo (PESQUISA DE PREÇOS - SEI 39339081 e ESPECIFICAÇÃO DE ITENS 39359417), havendo o detalhamento do prazo especificado para cada item;

5.3.1.1. Em havendo apresentação de garantia superior pela fabricante ao estabelecido neste estudo, prevalecerá a de maior prazo.

5.3.2. O oferecimento dos produtos deverão guardar os requisitos mínimos ou superiores àqueles informados no Anexo I Especificações Técnicas (SEI 39359417), quaisquer definição inferior ao utilizado nas balizas das especificações serão descartadas pela Administração, ato contínuo, procedendo com desclassificação da licitante do certame.

5.3.2.1. Com fito de avaliar o enquadramento dos produtos ofertados em comparação ao requisitado no Anexo I Especificações Técnicas (SEI 39359417), será exigida apresentação de folder, prospecto, manual e/ou documento similar que conste todas as informações técnicas do bem.

5.3.2.1.1. Os documentos obrigatórios requisitados no subitem 5.3.2.1. deverão ser fornecidos pela fabricante do respectivo bem e, se possível, com indicação do endereço eletrônico (*site*) disponibilizado para consulta.

5.3.2.1.2. Documentos comprobatórios em referência não poderão ser produzidos diretamente pela licitante, salvo quando a licitante for a fabricante do item ofertado.

¹ Nos termos da Lei 14.133/2021:

Decreto nº 7.746/2012

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.

(...)

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Instrução Normativa 01/2010

Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU

6. Cota de 25% para MEs e EPPs

6.1 Nos termos do art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Por essa razão, parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos divisíveis deverão ser destinados exclusivamente a ME/EPP/COOP beneficiadas pela LC 123/2006.

6.2 Em que pese a Lei Complementar 123/2006 tenha conferido tratamento diferenciado para as ME's e EPP's, prevendo exclusividade de participação em licitações de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), entendemos que, além de não ter sido aplicado o valor limite para os grupos destinados a contratação e, a fim de se evitar quaisquer intercorrências na consecução do certame, deva se recorrer ao disposto no Inciso II do art. 49 da LC 123/2006, assim como ao Inciso II do Art. 10 do Decreto 8.538/2015, senão vejamos:

Art. 10 - Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

(...)

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

6.3 Portanto, haja vista a complexidade do fornecimento total dos bens no que tange a quantidade de itens a serem contratados, bem como seu valor agregado, caso Administração proceda com a aquisição da totalidade dos itens, bem como a viabilidade de assistência técnica dos itens em havendo a constatação de falhas ou vícios ocultos, não se mostra vantajosa o tratamento especial às Micro Empresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP em detrimento do interesse da Administração Pública, pois, no caso concreto da pretensa aquisição, além do exposto anteriormente, as demandas se darão em 3 órgãos distintos e que são dispostos em localizações diferentes uma da outra e com demandas de quantitativos também distintos, o que poderia ser causa de oneração à ME/EPP e COOP.

6.4 Dessa forma, com a aplicação da exclusividade ao certame, poderia incorrer-se nos ditames do Inciso II, do Art. 10 do Decreto 8.538/2015, configurando-se assim, em condição não vantajosa para a Administração.

7. Levantamento de Mercado

7.1 Foram prospectadas soluções de mercado que pudessem atender aos requisitos, bem como avaliação da necessidade pela área técnica (SEI 38662349 e 38666557), por meio de valores identificados no Painel de Preços e contratações similares na Administração Pública (quando disponíveis), estes respeitando o intervalo temporal de até 01 (um) ano contado a partir da data da realização da pesquisa de preços, e ainda, resultados de buscas em mídia especializada, este último com resultados obtidos na mesma data da realização da pesquisa de preços.

7.2 Ademais, insta pontuar que a opção de locação de bens para os referidos itens não fora considerada levando em conta os seguintes critérios: 1 - O uso recorrente dos bens, sendo de longo prazo o uso; 2 - Considerando a necessidade de adquirir os bens para uso a longo prazo, realizando o pagamento dos bens e posterior incorporação ao acervo patrimonial da Administração, as oscilações de preços referente aos itens a serem adquiridos poderia ocasionar uma desvantagem à sua aquisição, caso tivéssemos adotado a opção de locação dos bens.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. Após a definição das especificações técnicas que cumprissem os requisitos estabelecidos, e ao mesmo tempo permitisse a participação de uma ampla gama de fornecedores, passou-se à redação deste Estudo Técnico Preliminar, com todos os requisitos adicionais para comprovação da qualidade e aderências dos itens às normas técnicas e ambientais, bem como dos requisitos de qualificação técnica das licitantes.

8.2. De forma a certificar o atendimento das especificações técnicas, haverá a obrigatoriedade de apresentação de documentos comprobatórios, pelas licitantes classificadas em 1º lugar, previamente à homologação dos itens, para análise e aprovação da área técnica.

8.3. Adicionalmente, visando resguardar o investimento público de possíveis defeitos de fabricação e/ou vícios ocultos não detectáveis no recebimento, a garantia técnica será exigida considerando as especificidades de produto e de mercado para cada item.

8.4. Entende-se, assim, que os requisitos exigidos, em conjunto, buscam garantir a aquisição de produtos de boa qualidade, com custo benefício adequado para a instituição, sem afastar os princípios da razoabilidade, da economicidade e da possibilidade de ampla concorrência.

8.5. Acerca dos equipamentos a serem adquiridos, encontra-se em anexo documento contendo as especificações técnicas de cada item, assim como a apresentação de garantia e certificados, quando necessários.

8.6. Frisa-se também que a pretensa aquisição não se trata de bens de luxo por se tratarem de itens comuns ao grande mercado tanto na facilidade em observarem sua disponibilização no mercado aberto, quanto nos valores praticados e pesquisado que compõem a pesquisa de preços realizada pela equipe de planejamento. Outro fato que corrobora os bens como bens comuns, são a sua não classificação nas definições dispostas no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1 O quantitativo de bens a serem adquiridos considerou o levantamento da demanda realizado neste Ministério por esta Coordenação de Patrimônio - CPAT, sendo a conhecedora das necessidades comuns das unidades do MAPA, outrossim, apresenta-se a demanda.

9.2 Repisa-se acerca do expressivo aumento da demanda por tais itens desde a reestruturação da organização básica do Poder Executivo Federal (MPV nº 1.154/2023. Transformada posteriormente na Lei 14.600, de 19/07/2023) e o estabelecimento das estruturas regimentais dos Ministérios da Agricultura e Pecuária - MAPA (Decreto nº 11.332/2023), Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA (Decreto nº 1.338/2023, revogado pelo Decreto nº 11.396/2023) e Pesca e Aquicultura - MPA (Decreto nº 11.352/2023), em razão tanto do compartilhamento das atividades de administração patrimonial, logística e contratos, quanto pela da necessidade de adaptação dos espaços físicos ocupados pelas áreas dos referidos Ministérios, as quais estão à cargo deste MAPA, enquanto Ministério provedor do arranjo colaborativo estabelecido através da Portaria MGI nº 43/2023.

9.3 A compilação da demanda pela CPAT culminou na elaboração da tabela abaixo:

GRUPO 1 - Assentos e Afins		
Item Nº	Especificação	Qtd
1	Cadeira Ministro e Secretários (Couro Natural)	60
2	Cadeira Subsecretários, Coordenadores Gerais e Diretores (Telada tipo "A")	800
3	Cadeira Operacional (Telada tipo "B")	2000
4	Cadeira Obeso (Tecido)	20
5	Cadeira Fixa Empilhável	200
6	Poltrona Decorativa	50
7	Poltrona modelo Barcelona	50
8	Sofá 1 Lugar	80
9	Sofá 2 Lugares	60
10	Sofá 3 Lugares	50
11	Descanso de Pé	350

GRUPO 2 - Eletrodomésticos		
Item Nº	Especificação	Qtd
12	Micro-ondas	100
13	Geladeira	50
14	Frigobar	80
15	Umidificador de ar	50
16	Bebedouro tipo coluna para garrafão 20 litros	80

GRUPO 3 - Balcão e Afins		
Item Nº	Especificação	Qtd
17	Balcão Recepção Modular	16
18	Cabideiro Fixo	80
19	Mesa de Centro	40

GRUPO 4 - Tapetes		
Item Nº	Especificação	Qtd
20	Tapete 250 x 350 cm	50
21	Tapete 180 x 200 cm	50

GRUPO 5 - Mastro e Bandeira		
Item Nº	Especificação	Qtd
22	Mastro para Bandeira com Base	36
23	Bandeira Nacional do Brasil	50

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 6.644.048,03

10.1 Foram utilizados, de maneira combinada, valores identificados no Painel de Preços Pesquisa de Preços, contratações similares na Administração Pública (quando disponíveis), estes respeitando o intervalo temporal de até 01 (um) ano contado a partir da data da realização da pesquisa de preços, e ainda, resultados de buscas em mídia especializada, este último com resultados obtidos na mesma data da realização da pesquisa de preços. Por fim, também, utilizamos a consulta direta aos fornecedores, alcançados por meio de pesquisa nos principais buscadores da internet (Google e Bing).

10.2 Consta nos autos Nota Técnica com a narração dos procedimentos relacionados à pesquisa de preço, assim pautada na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, acostada aos autos no nº SEI 39361442.

10.3 Colaciona-se abaixo seu resumo:

GRUPO 1 - ASSENTOS E AFINS				
Item Nº	Especificação	Qtd	Preço Médio Unitário Estimado	Custo Médio Estimado Total
1	CADEIRA MINISTRO E SECRETÁRIOS (COURO NATURAL)	60	R\$ 6.664,87	R\$ 399.892,00
2	CADEIRA SUBSECRETÁRIO, COORDENADORES-GERAIS DIRETORES (TELA TIPO "A")	800	R\$ 1.619,37	R\$ 1.295.496,00
3	CADEIRA OPERACIONAL (TELADA TIPO "B")	2000	R\$ 1.628,15	R\$ 3.256.307,50
4	CADEIRA OBESO (TECIDO)	20	R\$ 2.480,64	R\$ 49.612,80
5	CADEIRA FIXA EPILHÁVEL	200	R\$ 280,83	R\$ 56.166,67

6	POLTRONA DECORATIVA	50	R\$ 1.866,96	R\$ 93.348,13
7	POLTRONA MODELO BARCELONA	50	R\$ 2.774,99	R\$ 113.749,63
8	SOFÁ 1 LUGAR	80	R\$ 2.962,84	R\$ 237.026,80
9	SOFÁ 2 LUGARES	60	R\$ 2.624,14	R\$ 157.448,58
10	SOFÁ 3 LUGARES	50	R\$ 3.357,41	R\$ 167.870,25
11	DESCANSO DE PÉ	350	R\$ 157,04	R\$ 54.964,00
			TOTAL	R\$ 5.906.882,35

GRUPO 2 - ELETRODOMÉSTICOS

Item Nº	Especificação	Qtd	Preço Unitário Estimado	Custo Estimado Total
12	MICRO-ONDAS 35 L BRANCO COR BRANCA	100	R\$ 829,31	R\$ 82.930,50
13	GELADEIRA	50	R\$ 2.895,47	R\$ 144.773,44
14	FRIGOBAR	80	R\$ 1.422,91	R\$ 113.832,40
15	UMIDIFICADOR DE AR	50	R\$ 166,33	R\$ 8.316,28
16	BEBEDEOURO TIPO COLUNA	80	R\$ 751,50	R\$ 60.119,60
			TOTAL	R\$ 409.972,22

GRUPO 3 - BALCÃO E AFINS

Item Nº	Especificação	Qtd	Preço Unitário Estimado	Custo Estimado Total
17	BALCÃO RECEPÇÃO MODULAR	16	R\$ 2.375,02	R\$ 38.000,32
18	CABIDEIRO FIXO	80	R\$ 542,37	R\$ 43.389,60
19	MESA DE CENTRO	40	R\$ 1.259,53	R\$ 50.381,12
			TOTAL	R\$ 131.771,04

GRUPO 4 - TAPETES

Item Nº	Especificação	Qtd	Preço Unitário Estimado	Custo Estimado Total
20	TAPETE 250 X 350 cm	50	R\$ 2.038,66	R\$ 101.932,80
21	TAPETE 180 X 200cm	50	R\$ 1.422,02	R\$ 71.101,17
			TOTAL	R\$ 173.033,97

GRUPO V (MASTRO E BANDEIRA)

Item Nº	Especificação	Qtd	Preço Unitário Estimado	Custo Estimado Total
22	MASTRO PARA BANDEIRA COM BASE	36	R\$ 378,44	R\$ 13.623,96
23	BANDEIRA NACIONAL DO BRASIL	50	R\$ 175,29	R\$ 8.764,50
			TOTAL	R\$ 22.388,34
			Estimativa Total	R\$6.644.048,03

10.4. A quantidade mínima a ser adquirida, mediante celebração de contrato, não será inferior a 10% do estimado para o item, salvo se o quantitativo inferior seja aceito pela fornecedora a ser CONTRATADA. Quanto ao máximo previsto em edital, a quantidade poderá ser até 100% do estimado para cada grupo.

10.5. A Administração Pública poderá solicitar a segmentação do quantitativo contratado, em razão de inviabilidade de armazenamento dos materiais contratados, sendo a fração nunca inferior à 10% do item contratado.

10.6 As determinações acima estão devidamente indicadas no modo de execução do contrato constante no Termo de Referência.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1 Considerando a necessidade de padronização de itens similares, a potencial economia de escala na aquisição de itens convergentes entre si quanto ao seu funcionamento, adquiridos por um mesmo fornecedor, a necessidade de garantia conjunta no fornecimento, instalação de itens interdependentes e os riscos e custos administrativos envolvidos no gerenciamento de uma pluralidade de contratos para atendimento de uma mesma pretensão contratual, recomenda-se o agrupamento dos itens, classificados de acordo com os tipos de itens a serem adquiridos. Portanto, registra-se a necessidade da definição de 5 (cinco) grupos distintos, com fulcro nos art. 18, § 1º e inciso VIII, e § 2º, c/c art. 40, *caput*, e alíneas "a" e "b" e art. 47, todos da Lei nº 14.133/2021.

11.2 Ainda sobre o agrupamento dos itens, a divisão fora realizada considerando o fornecimento dos mesmos no mercado, visando alcançar o conceito da economia de escala, portanto, integrando a maior vantagem do agrupamento com relação ao custo benefício.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. A presente contratação refere-se ao simples fornecimento de bens móveis, os quais deverão ser montados neste Ministério pelo fornecedor ou entregues devidamente prontos para uso, após retirada da embalagem de acondicionamento.

12.1.1. Os produtos serão entregues no Distrito Federal, não havendo a necessidade de distribuição dos produtos em território nacional pela fornecedora, ou por contratada terceirizada deste Ministério.

12.2. Portanto, não há que se falar em contratações correlatas ou interdependentes..

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1 O presente objeto em apreciação está inserido no Plano Anual de Contratações, por meio do Sistema de Planejamento e Gerenciamento das Contratações, para o exercício de 2024, assim, atendendo o previsto no Decreto-Lei nº 200/1967, Acórdão do TCU nº 2.622/2015 e Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

13.2 O planejamento Estratégico do MAPA encontra-se disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/age/plano-estrategico-do-mapa/2022-10-25-pe-mapa-2020-2031.pdf>, sendo a presente contratação auxiliar aos planos propostos no referido documento.

13.3 A partir da análise do Plano Estratégico do MAPA 2020-2031 pode-se alinhar a presente aquisição com os "Objetivos de Infraestrutura e Aprendizagem" (OE22 e OE24), cujos macroprocessos estão relacionados ao alcance de objetivos de "Resultados para a Sociedade", "Resultados para o Público-Alvo" e "Processos Internos", considerando a perspectiva de suporte, que por sua vez possibilita ao MAPA executar a sua missão e o alcance a visão estabelecida.

13.4. Ademais, o objetivo deste processo licitatório visa assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, conforme preconiza o art. 11, parágrafo único, bem como as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão no art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/21, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Renovação e substituição de bens já avariados ou obsoletos;
- Otimização e modernização da infraestrutura;
- Padronização do ambiente;
- Assegurar conforto, segurança, ergonomia e consequente desempenho eficiente aos servidores e colaboradores em exercício;
- Menores custos de manutenção;

- Atender a necessidade de adaptação dos espaços físicos ocupados pelas áreas dos Ministérios da Agricultura e Pecuária - MAPA, Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA e Pesca e Aquicultura - MPA, em razão do arranjo colaborativo estabelecido através da Portaria MGI nº 43/2023.
- Ainda que se trate de demanda para atendimento de múltiplos órgãos, a contratação, todavia, será levada a efeito unicamente pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, na qualidade de Ministério provedor, via arranjo colaborativo, na forma do arts. 1º, parágrafo único, inciso VII, art. 2º, inciso I, artigo 3º, §1º, artigo 4º e artigo 5º, inciso I, todos da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023:

15. Providências a serem Adotadas

15.1 Não se vislumbra necessidade providencias ou adequação para a solução a ser adquirida, em virtude do ambiente da organização estar adequado ao recebimento dos produtos.

15.1.1. Caso seja necessária a instalação elétrica, será realizada através do contrato de manutenção predial, que conta com eletricitas, além de insumos sob demanda. A opção visa manter o conhecimento da instalação elétrica pelos profissionais que já realizam a manutenção predial, portanto conhecem a infraestrutura elétrica do local. Além disso, haverá a economia no custo do serviço de instalação, pois os profissionais já estão na fatura mensal de mão de obra do contrato de manutenção predial. Também, haverá maior desconto, pois somente será necessário o fornecimento, sem serviço de instalação.

15.2 Ainda, mostra-se prudente a preparação prévia de espaço adequado para recebimento e avaliação dos itens, antes da sua instalação final nos espaços de trabalho.

15.3. Dada a espécie dos bens a serem contratados, não há necessidade de classificação em grau de sigilo, como previsto na Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, bem como é garantido por esta equipe de contratação a transparência dos atos realizados o sigilo aos dados pessoais que não forem pertinentes à contratação.

15.4. De acordo com o inciso I do artigo 40 da Lei 14.133, de 2021, a equipe de contratação realizou pesquisa de preços com valores que se adequam aos praticados no mercado privado

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1 Procurou-se mitigar possíveis impactos ambientais derivados, principalmente, dos processos produtivos de cada com item, com a inclusão da obrigatoriedade, por parte das licitantes, de comprovação de Certificação de Prática de Sustentabilidade (Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP), ademais, os eventuais fornecedores obrigam-se a cumprir, no que couber à execução contratual, todas as disposições contidas na IN SLTI/MPOG nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

16.2 Ainda sobre os possíveis impactos ambientais, os licitantes obrigam-se a cumprir, no que couber, as diretrizes contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, disponível no site "<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/GUIANACIONALDECONTRATACOESSUSTENTAVEIS2024.pdf>". Em consonância com o disposto do referido Guia e arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 7º, inc. XI, da Lei nº 12.305/2010, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal.

16.3 Insta pontuar, que as aquisições de eletroeletrônicos aqui planejadas, visam a substituição de equipamentos antigos, cujos substitutos deverão ser nível energético "A" na escala Procel (INMETRO), quando cabível e auferido pela Autarquia.

17. Legislação Aplicável

Normativos	Escopo
Lei nº 14.133/2021	Institui normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública.
Decreto nº 11.462/2023	Regulamenta o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços.
Portaria ME nº 179/2019	Dispõe sobre as medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisições de bens e prestações de serviços.
IN SLTI/MPOG nº 01/2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras.
Decreto nº 10.947/2022	Regulamenta o plano de contratações anual e institui o sistema de planejamento e gerenciamento de contratações.
IN SEGES/MGI nº 08/2022	Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP para aquisição de bens e contratação de serviços e obras.
IN SEGES/ME nº 65/2021	Dispõe sobre o procedimento para realização da pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
IN SEGES/ME nº 58/2022	Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a necessidade global deste Ministérios e unidades vinculadas (tais quais INMET e CEPLAC), bem como os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Pesca e Aquicultura, os quais carecem de auxílio do MAPA. Mostra-se viável a contratação, em especial se considerarmos a oportunidade de utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP).

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENAN PHELIPE NASCIMENTO LEAL

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 04/12/2024 às 17:49:49.

GILDO MOURA DE CARVALHO

Agente de contratação